

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, na sala virtual - via Microsoft Teams, teve início a **37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social - CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos Acordos referentes ao Desastre da Samarco em Mariana/MG. Na parte da manhã foi realizada reunião interna, restrita aos membros da CT, representantes de Atingidos e Assessorias Técnicas. Na parte da tarde, após apresentação dos membros e participantes, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir.

1) Participantes da 37ª Reunião Ordinária da CT-PDCS

Acácia Cruz (Rosa Fortini), Aloísio Soares (Ramboll/MPF), Ana Carolina Queiroz (Prefeitura de Mariana), Ana Carolina (Renova), Ana Cristina (Renova), Anna Luiza (Renova), Antônio de Pádua (Renova), Caetano Etrusco (Prefeitura de Barra Longa), Celma Barcelos (Agerh), Claryssa Almeida (Sedese), Cláudia Laureth (Flacso), Cléber Souza (Sedese), Iara Morena (Renova), João Luiz Paste (IJSN), Joana Nabuco (FGV/MPF), José Paulo (Renova), Kadio Serge (Renova), Kelly Alcilene (Renova), Laurent Rassi (Renova), Léia Xavier (Sedese), Leonora Mol (Banco do Bem), Letícia Gomes (Flacso), Luciana de Oliveira (Comissão dos atingidos de Regência), Luiz Ferraro (Renova), Maria Luciana (Renova), Maria Da Penha (Comissão dos atingidos de Santa Cruz do Escalvado), Marcos Affonso (Ramboll/MPF), Marcos Vinicius (Renova), Margarete Lima (Agerh), Margareth Saraiva (Seama), Marta Zorzal e Silva (UFES), Miriam Santos (Flacso), Nágila Santos (Rosa Fortini), Paula Vieira (Renova), Pedro Strozenberg (Renova), Rafael Mantarro (FGV/MPF), Renata Carvalho (Renova), Thays Coutinho (EY) e Walquiria Soares (Iema).

2) Manifestações e temas gerais

Discussão	O Sr. João Paste, coordenador, informou que foram publicadas todas as atas, referentes ao final de 2018 até fevereiro de 2020, reforçou a importância da publicitação dos temas debatidos nas reuniões, para a garantia de transparência e agradeceu aos participantes deste processo de resgate das atas antigas. Mencionou que existem atas anteriores pendentes e solicitou a contribuição dos participantes à época com a disponibilização dos registros, caso possuam.
------------------	---

3) Aprovação de Atas de nº 35ª e nº 36ª da Reunião Ordinária da CT-PDCS

Discussão	Após consulta aos membros, as atas foram aprovadas sem objeções.
------------------	--

4) Balanço dos encaminhamentos das ROs nº 34, 35 e 36 da CT-PDCS.

Discussão	O Sr. João Paste, coordenador, mencionou que enviou para a governança da Fundação Renova uma planilha contendo os encaminhamentos relativos às últimas três reuniões, afirmou que ela não esgota as pendências anteriores e iniciou a leitura dos encaminhamentos. Ao final da leitura, foi ressaltado o desgaste gerado por falta da devolutiva dos encaminhamentos nos prazos definidos, em especial dos documentos existentes, para que seja facilitada a sequência do fluxo e tratativas pelos interessados. Acerca do Encaminhamento E-36.15, ficou acordado e fixado o prazo até o dia 15/07/2020 para a devolutiva, pela equipe da Fundação Renova, no que se refere ao ajustamento dos indicadores, a partir das discussões da 3ª reunião extraordinária. O Sr. Luiz Ferraro, representante da Fundação Renova, sugeriu a apuração dos encaminhamentos e correção de eventuais erros neste processo de atendimento das demandas. A Sra. Marta Zorzal, representante da UFES, relatou as reincidências na falta do envio dos documentos, a necessidade de respeitar as datas acordadas e o impacto negativo no trabalho dos membros para a análise documental. O Sr. João Paste relatou que os registros em atas sequenciais dos encaminhamentos repetitivos demonstrarão, em consultas externas e futuras, a fragilidade das ações da CT, da equipe vinculada aos PGs e da governança. O Sr. Aloísio Soares, representante da Ramboll/MPF,
------------------	--

<p>Discussão</p>	<p>observou que a situação relacionada à demora na entrega de informações são gargalos para a atuação dos diversos atores que atuam na bacia do Rio Doce e nos processos de reparação, relatou que são vários os problemas no acesso e compreensão das informações pelos atingidos, por vezes pelo repasse de informações incompletas, pela existência de reuniões em território da equipe de Diálogo presente não dispor de informação solicitada ou por falta de evidência da devolutiva das informações necessárias. Ele mencionou que a ausência das informações para uso dos membros da Câmara Técnica compromete o trabalho de monitoramento, que visa garantir que as ações sejam executadas e aperfeiçoadas quando for o caso. E informou que esse problema tem ocorrido também com diversos atores e que os experts do Ministério Público Federal têm encontrado dificuldade em obter informações sobre o andamento dos programas de reparação sob responsabilidade da Renova, resultando na judicialização do tema. A Sra. Ana Carolina, representante da Fundação Renova, mencionou que não repassa informação de um atingido para outro, devido à lei de proteção de dados e que deveria ser indicado quais informações relacionadas ao AFE terá que ser esclarecido ponto a ponto com as informações. O Sr. João Paste, reforçou que a CT-PDCS não solicitou informações restritas e individualizadas. Ficou estabelecido o prazo para a devolutiva, pela FR, até o dia 07/07/2020, da planilha de encaminhamentos e posterior compatibilização das informações sobre os mesmos, pela governança da Fundação Renova e coordenação da CT-PDCS, com providências imediatas para eventuais pendências identificadas.</p>
<p>5) Apresentação do fluxo de informações de cadastro de pessoas atingidas e dos mecanismos de checagem e de controle interno da Fundação Renova aplicáveis ao SGS.</p>	
<p>Discussão</p>	<p>O Sr. Marcos Vinicius, representante da Fundação Renova, informou que na Fase 1 de Cadastro, foram cadastradas trinta mil famílias e aproximadamente cem mil pessoas através do fornecedor Sinergia, nas etapas de mobilização, indexação, aplicação do cadastro através de formulário, pesquisa socioeconômica, elaboração do laudo e consistência de dados. Ele relatou que, em alguns dos procedimentos de gestão dos arquivos, no SGS no Portal do Usuário eram atualizados por meio de planilhas eletrônicas, sendo suscetíveis a erros humanos, tendo sido identificadas algumas falhas de sincronização dos arquivos que estavam no banco de dados com aquele do portal do SGS. Agradeceu aos representantes da Assessoria Técnica Rosa Fortini, que alertou sobre alguns casos e com isso houve a correção dos erros; destacou que foram adotados alguns procedimentos de melhorias no processamento dos arquivos da Fase 1 e informou as implementações para a Fase 2; indicou os processos de controle do banco de dados integrado: através de metodologia de análise de consistência do banco de dados; auditorias independentes, indicação dos erros pelos próprios atingidos através dos canais de atendimento; portfólio do PIM; e manifestações dos atores do processo de reparação. O Sr. Marcos Affonso, representante da Ramboll/MPF, questionou desde quando o processo de ajuste e superação de inconsistência do SGS e banco de dados do cadastro vem sendo realizado e qual a periodicidade e quantidade de pessoas dedicadas nestes ajustes. O Sr. Laurent Rassi, representante da Fundação Renova, informou que o processo de correção de inconsistência pode ocorrer em várias etapas, e que, até identificar e rastrear as incorreções, têm várias pessoas envolvidas. Mencionou que tem uma equipe de inconsistência no território e, no escritório central de BH, são duas à três pessoas em todo o tempo, além da equipe do fornecedor com quatro a cinco pessoas trabalhando com o banco de dados e inconsistências; relatou que o processo sempre ocorreu de forma contínua e perdura até hoje. O Sr. João Paste relatou o aumento das demandas nos territórios de maneira expressiva, mencionou que é necessário resgatar o tipo de participação da auditoria independente da EY neste processo de verificação. A Sra. Maria da Penha, representante da Comissão dos Atingidos de Santa Cruz do Escalvado, questionou qual resposta irá valer, se seria a resposta do SGS ou da Sinergia, pois existem erros e falhas. O Sr. Laurent Rassi solicitou envio específico da demanda, para que seja possível a devolutiva. A Sra. Thays Coutinho, representante da EY, relatou que foram realizados dois ciclos de auditoria, informou que o contrato com a Fundação Renova está em fase de finalização, portanto, não iniciou o terceiro ciclo a pedido da Renova, pontuou que no ciclo três seria acompanhado os pontos levantados, indicando aqueles solucionados pela Renova através do plano de ação proposto. O Sr. João Paste, questionou se a Renova tem uma expectativa</p>

Discussão	da retomada do plano de ação mencionado. O Sr. Marcos Vinicius justificou que tem realizado as ações que foram endereçadas ao cadastro e que em relação a contratação é um encaminhamento do setor de suprimentos. A Sra. Thays Coutinho indicou a possibilidade de priorizar a avaliação do setor de cadastro, caso a EY vença o processo de contratação.
------------------	--

Encaminhamento	E-37.1 - Aguardar a realização do 3º Ciclo de avaliação, por auditoria externa, das informações e cumprimento das medidas indicadas nos ciclos anteriores. Responsável: Fundação Renova.
-----------------------	--

6) Apresentação do projeto piloto do Banco Comunitário

Discussão	A Sra. Iara Morena, representante da Fundação Renova, contextualizou o tema mencionando a interface com a CT-PDCS relacionado ao Diálogo nos territórios, do projeto piloto do Banco Comunitário que vem sendo desenvolvido na CT-EI. A Sra. Kelly Alcilene, representante da Fundação Renova, mencionou que o projeto piloto vem sendo consolidado com a equipe de economia e inovação e tem parceria com a ação interdisciplinar com a participação social dos atingidos. A Sra. Anna Luiza, representante da Fundação Renova, apresentou o projeto piloto do Banco Comunitário, tendo sido destacado na apresentação: objetivo geral, bancos comunitários, potencialidade para o desenvolvimento do projeto, pilares estratégicos, etapas do projeto piloto, cronograma, orçamento e resultados esperados. O Sr. José Paulo, representante da Fundação Renova, retratou o cenário da comunidade Baixa Verde e os benefícios das ações desse projeto no território. A Sra. Leonora Mol, representante do Banco do Bem, participou como convidada e relatou sua experiência no fomento dos bancos comunitários e destacou a importância do projeto e a necessidade de continuidade efetiva ao longo do tempo na comunidade. Os temas debatidos foram: boas práticas das políticas de desenvolvimento sociais; possibilidade de réplica do projeto piloto para outros territórios; definição de banco comunitário em relação ao cooperativismo; definição de novas comunidades para a réplica do projeto; importância da participação e envolvimento da comunidade no projeto; aprofundamento da discussão com a CT-EI, com parecer final do projeto sendo encaminhado à CT-PDCS; esclarecimento sobre a mobilização em Regência através de solicitação da associação dos comerciantes; e reforço do pedido de envio para a Secex e para as secretarias executivas dos estados dos links de acesso para a participação nas reuniões nos territórios.
------------------	--

7) Apresentação de proposta para a estruturação do repositório, considerando a NT nº 23/2020/CT-PDCS/CIF e discussões da 34ª RO da CT-PDCS; com listagem das 165 comunidades com processo de coleta de narrativas dos modos de vida e das histórias e da memória das pessoas.

Discussão	A Sra. Renata Carvalho, representante da Fundação Renova, realizou a apresentação da itinerância e descentralização relacionada ao repositório. Foram relacionadas todas as ações que avançaram, relativas ao CIT e CIA em Mariana/MG. Os principais questionamentos e registros foram: capacidade das instalações do CIT; permanência do estacionamento público na área ao lado da edificação destinada ao CIT; registro quanto à satisfação com os avanços na implementação do programa; garantia da autonomia do comitê gestor e da curadoria; sobre a participação dos atingidos no processo de construção do CIT de Mariana, com relato de caso da inscrição de representante da Comissão dos Atingidos de Mariana para participação em oficina; apontamento de melhorias nas alternativas apresentadas, indicação do legado que ficará do trabalho cooperativo, com a contribuição das partes e a indicação da possibilidade de redução dos custos do programa. Como a apresentação realizada pela FR não foi enviada antes da 37ª RO, poderá ter adendos posteriores, devendo ser encaminhada à CT-PDCS.
------------------	---

Encaminhamento	E-37.2 - Definição de datas para a realização de oficinas de construção da identidade do CIT e para a proposta de formulação da Curadoria. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima R.O.
-----------------------	---

Encaminhamento	E-37.3 - Apresentação de proposta do fluxo dos PGS instituídos pelo TTAC na constituição do repositório do CIT. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima R.O.
-----------------------	--

Encaminhamento	E-37.4 - Solicitação ao FBDH sobre participação/não participação de representante da Comissão de Atingidos de Mariana em oficinas anteriores do PG 35. Responsável: CT-PDCS. Prazo: Imediato.
-----------------------	--

Encaminha mento	E-37.5 - Apresentação de minuta de deliberação ao CIF, com redefinição de ajustes dos prazos para a implementação do CIT. Responsável: CT-PDCS. Prazo: Imediato.
8) Atualização sobre o processo de implementação da proposta de “Reposicionamento interno da gerência de diálogo”.	
Discussão	A Sra. Iara Morena apresentou a atualização sobre o processo de fortalecimento e do reposicionamento da GDSD. Na apresentação destacou-se: sentido do reposicionamento; gestão de informações; principais produtos; webinários para treinamento da equipe; encontros de articulação com gerências e programas da Renova; gestão de demandas coletivas e demandas coletivas por território e status. Temas debatidos: indicação que o esforço do reposicionamento ocorreu no primeiro semestre deste ano; morosidade na resolução das demandas pendentes; relato da demanda pendente em Regência; registrada a satisfação quanto à apresentação sobre a evolução do processo fortalecimento e do reposicionamento da GDSD e solicitação de detalhamento e acesso aos onze Q&A relacionados a diversos programas.
Encaminha mento	E-37.6 – Enviar para a CT-PDCS os onze Q&A citados na apresentação realizada na 37ª RO. Responsável: Fundação Renova. Prazo: imediato.
Encaminha mento	E-37.7 - Apresentação do Sistema de Gestão de Demandas do PG06. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima R.O.
9) Atualização e prosseguimento da discussão sobre os instrumentos do PG 06 - PTI, Plano de Mobilização Social, Plano de Comunicação e Plano de Ação, observadas NT nº 21/2019/CT-PDCS/CIF e discussões em ROs da CT-PDCS	
Discussão	O Sr. João Paste contextualizou o item de pauta, ressaltando o não recebimento de material prévio para a avaliação pela CT-PDCS, havendo a necessidade de discussão aprofundada dos documentos que ainda não foram apresentados, contendo metodologia, cronograma e os planos contidos na definição do PG 06, e mencionou a importância de sanar a divergência relacionada ao tema. Na sequência foram feitos os seguintes questionamentos e registros: divergência da resposta à NT nº 21/2019/CT-PDCS/CIF, apresentada pela Fundação Renova, mediante as expectativas dos membros da CT; necessidade de unificação de entendimentos das partes, para construção da proposta de metodologia que atenda minimamente ao ensejado na definição do programa; existência de inúmeras ações nos territórios que podem ser caracterizados como plano territorial integrado; déficit de participação dos atingidos, com exemplificação da demanda relacionada à questão de interrupção do AFE; necessidade de sintonia dos envolvidos, para resgate dos conceitos adequados aos processos de participação; relato de construção de programas sem a participação integrada da equipe de diálogo; citadas estratégias de participação e mobilização em diversas formas (individualmente, coletivamente ou por associação); desafios da participação efetiva dos atingidos na implementação dos programas; avaliação de agendamento de oficinas intercâmaras, após conhecimento e entendimento dos programas; dificuldades na definição dos espaços de diálogos, em função da extensão dos territórios; identificação e adequação da seleção das demandas, mediante a especificidade de cada programa e interesse dos atingidos; relato das inúmeras dificuldades de diálogo nos territórios; recebimento de cartas informando a retirada do auxílio de subsistência; questionamento acerca da deslegitimação da Deliberação CIF nº 58; questionamento da motivação para negar o auxílio emergencial; avaliação sobre os programas não estarem sendo executados de forma integrada e não ‘conversam’ entre si; entendimento que a citada deliberação está vigente, havendo a realização de estudos dos impactos nas novas áreas; explicação relacionada ao corte do AFE, mencionando que foi suprida a proteína necessária para as famílias e informando que cabe recurso nessa decisão; relato sobre a falta de respeito com os modos de vida dos atingidos, sem atendimento ao plano integrado relativo à agricultura de subsistência; explicação de representante da Fundação Renova referente ao pagamento das indenizações; dissenso de participação para a tomada de decisão da Fundação Renova no que diz respeito aos estudos e sua validação pelo CIF; os resultados dos estudos da qualidade da água contém dúvidas e estão em permanente questionamento, atualmente com interpretações de

Discussão	<p>forma unilateral; entendimento quanto ao plano de gestão integrada com a administração dos recursos da reparação; os impactos gerados pela judicialização dos eixos prioritários, sendo mencionados diversos itens que estão judicializados na 12ª Vara Federal de Mariana e que há expectativa que o juiz promova a decisão trazendo justiça no processo de reparação; abertura de linha de atenção, pela Ouvidoria da Fundação Renova, para atendimento aos atingidos nas manifestações relativas à suspensão do AFE; relato de desrespeito na proposta de valores baixos para a indenização dos produtores, sendo solicitados comprovantes que não são usuais nas comunidades, em função dos modos de vida e a singularidade dos territórios; declaração de estratégias para definir um caminho para a indenização aos atingidos; concordância na pactuação dos acordos, dentro do possível, aos itens não judicializados; preocupação com as falas discorridas pela GDSD em relação ao tema de qualidade da água e pagamento por proteína; apontamento da necessidade de valorização dos modos de vida dos atingidos e busca de meios que visem pactuar soluções sem a necessidade de judicialização dos temas; e informação da realização de estudos sem bases previamente pactuadas, onde uma das partes não reconhece os resultados apresentados, o que acarreta retrocessos ao processo, por não haver validação.</p>
Encaminhamento	<p>E-37.8 - Apresentação das ações integradas que vêm sendo realizadas nos territórios, incluindo mobilização social e participação, evidências do reconhecimento dos modos de organização local e das demandas apresentadas, os processos de comunicação, as ações norteadoras e priorizadas nos processos de reparação etc. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima R.O.</p>
Encaminhamento	<p>E-37.9 – Incluir nos relatórios a apresentação de demandas recebidas pela Ouvidoria, decorrentes da suspensão do AFE. Responsável: Fundação Renova. Prazo: próxima R.O.</p>

10) Informes e registros finais

Discussão	<p>O Sr. João Paste realizou a leitura dos encaminhamentos constantes desta reunião com algumas pendências oriundas de reuniões anteriores. A Sra. Luciana de Oliveira, representante da Comissão de Atingidos de Regência, relatou que solicitou durante a reunião de dezembro, que as devolutivas fossem realizadas através de cartas aos atingidos e não através de ligações do 0800, em especial aos atingidos não elegíveis, possibilitando seu uso no futuro caso haja necessidade. Relembrou que ela e demais representantes dos atingidos que estavam na reunião, afirmaram não aceitar as ligações para a devolutiva, mas ainda assim vem ocorrendo desta forma, o que é considerado muito ruim. Mencionou que foi realizado o contato com a responsável pelo cadastro e as cartas começaram a ser entregues. Informou que, embora novas comissões criadas sejam favoráveis ao fechamento do cadastro, as comissões dos atingidos de Regência, Povoação e Entre Rios são contra o fechamento do cadastro. Registrou o envio por e-mail de Carta para distribuição aos membros da CT-PDCS e avaliou que a postura da Renova nos territórios tem dividido os atingidos. Houve esclarecimentos dos tipos de devolutivas e meios de consultas no site através do número de protocolo. A Sra. Ana Carolina, representante da Fundação Renova, informou que o 0800 em nenhum momento substitui a devolutiva formal através do documento, que não houve formalização do pedido pela comissão à época, reforçou que a intenção em nenhum momento foi de privar o acesso às informações enviadas através de carta e que a equipe do setor é treinada e monitorada para tornar possível o entendimento da informação dada aos atingidos. Após os esclarecimentos, ficou definido que, mesmo havendo ligação telefônica, deve haver a entrega formal da carta e a disponibilidade de consulta no Portal do usuário. A Sra. Acácia Cruz, representante da AT Rosa Fortini, relatou caso de um atingido que procurou a assessoria técnica relatando o recebimento de ligação da Fundação Renova, orientando-o a procurar atendimento social no território. Ela questionou a existência de ação da Fundação Renova no atendimento social no território, para que possa repassar as informações. Registrou que enviará o caso para a Ouvidoria, a qual retornará a devolutiva dessa demanda. O Sr. Aloísio Soares, representante da Ramboll/MPF, questionou como são qualificadas as reuniões que têm ocorrido na modalidade virtual com os atingidos. O Sr. Luiz Ferraro relatou que não tem obtido sucesso nestas reuniões, em especial por questões relacionadas ao uso da tecnologia e que na próxima RO apresentará relato sobre as reuniões virtuais agendadas por território e por grupos de atingidos. Após consulta</p>
------------------	--

Discussão	aos participantes e verificação das datas e disponibilidades, a 38ª reunião ordinária da CT-PDCS foi agendada para o dia 04/08/20.
------------------	--

O coordenador interino João Paste leu os encaminhamentos e agradeceu a presença de todos. **A 37ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social encerrou-se às dezenove horas e vinte e dois minutos**